

AS ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO SÓCIO-COMUNITÁRIA RUMO A DEMOCRACIA

João Ribeiro Junior

Segundo a verdade do desejo
Roland Barthes

Introdução

“O que mais vale no homem é a sua capacidade de insatisfação”, escreve Ortega y Gasset. É o descontentamento que nos desperta o desejo de mudança. O meu desejo de mudança é “o desejo do corpo que se oferece à educação”, como diria Rubem Alves.

Assim, neste ensaio, explicito a verdade do meu desejo de que existe uma vocação para a democracia, que deve ser despertada, uma vez que, em sendo a pessoa um ser inacabado ou prematuro, a educação terá a função principal de permitir a ela o fazer-se a partir da situação concreta e global em que está colocado em sua comunidade.

Acredito, a partir do meu desejo, que o educando, para afirmar-se nas possibilidades novas, que este novo século oferece, para uma sociedade nova, a ser vivida em novas condições, há necessidade que se desperte nele a vocação para a democracia.

Entendo que a democracia não consiste apenas em um ideal político, isto é, num puro dever-ser. A discussão sobre os fins da democracia entreabre a importante questão dos meios. Sob esta perspectiva, o conceito de democracia representa mais do que uma filosofia política; constitui, também, um processo político, ou seja, uma forma institucionalizada de participação da sociedade no exercício do poder, que pressupõe a existência de um conjunto de instituições políticas ordenadas a essa participação. Mas acima de tudo, a democracia é uma vocação. Vocação humana nascida da liberdade.

Já não basta descrever formas de governo que se dizem democráticas; é preciso tentar compreender e explicar a democracia dentro dela mesma para apreender a sua essência, e uma vez possuída esta, chegar a delimitar com rigor o âmbito de sua realidade no ser vocacional da pessoa, como forma de vida e forma política.

A democracia, como forma de vida e como forma política, é o instrumento que irá nos permitir manifestar a nossa plena dignidade de pessoa, ajudando a realizarmos integralmente..

A Educação para a Democracia

Se considerarmos a etimologia da palavra, o conceito de educação para a democracia tem um conteúdo que se aproxima muito de *educere* (erigir, levantar, ordenar, educar) do que de *educare* (criar, sustentar, instruir, ensinar). *Educere* expressa a idéia de conduzir para fora, fazer sair, tirar de dentro. Neste sentido, posso dizer: *Educo porque sou capaz de conduzir-me*; ou seja, a educação para a democracia representa um ato de desenvolver, de dentro para fora, algo que está na própria pessoa. Educar é, pois, esforçar-se por criar a autonomia da pessoa.

A Educação para a Democracia preocupa-se, fundamentalmente, em ajudar a pessoa a tornar-se livre, e, assim, criar a pessoa integral: aquela que não é unilateralmente espiritualista, nem materialista. A pessoa integral é uma perfeita harmonia do ser e agir de todos os componentes da natureza, como estrutura social.

Isto, contudo, não significa que a educação para a democracia endosse em bloco uma posição progressivista em detrimento da tradicionalista. Nem tanto a participação, a hipótese e a experimentação, nem tanto o silêncio, a generalização e a aplicação; porém o meio termo entre ambos estes aspectos.

A educação para a democracia é precisamente ajudar o educando a tomar conhecimento de um modo seguro de sua realidade. Realmente, se a função da educação para a democracia é desenvolver na pessoa o espírito crítico, a criatividade, a cooperação, a aceitação da responsabilidade e o gosto pela vida e pelo saber, a fim de que esteja educada para fazer frente a qualquer tipo de pressão, - não podemos, pois, desprezar a herança do passado, mas, também, não podemos aceitá-la sem nenhuma reflexão.

A primeira coisa que se deve levar em conta é o educando mesmo, Supõe-se que ele seja educável para a democracia. Aqui, releva notar, que ao dar-lhe o nome de *educando*, que cremos, conveniente, cometemos, na verdade, uma petição de princípio de sua educabilidade, pois a experiência comum nos dá razão ao aceitar como um fato, que o seres humanos podem ser educados para tudo, mesmo para a democracia.

Educado na educação para a democracia, a pessoa realiza em si a figura do cidadão. Senão não é educado. A educação para a cidadania pressupõem liberdade, conseqüentemente ele precisa criar-se como ser livre.

A democracia, em política, é uma noção conhecida; porém, em educação, é uma coisa relativamente nova. Certo que a luta por uma educação publica universal se fez e se faz em nome da democracia, mas o objeto desta luta é levar a educação ao povo, e não introduzir a democracia na educação, porquanto a educação não se realiza preparando a pessoa para a ação (práxis), mas preparando-a para que seja capaz de escolher livremente o meio justo e adequado para o fim a que se destina.

A educação para a democracia volta-se, portanto, para a pessoa com suas peculiaridades e seu ritmo próprio de desenvolvimento como ponto de partida para toda a ação educativa. Primeiro é preciso conhecer a pessoa, pois se não existe receptividade e ressonância propícia, a melhor das teorias da educação não pode educar ou converter o educando.

Assim, a tarefa primordial da educação para a democracia é ajudar a pessoa no seu processo de amadurecimento, graças ao qual, ela poderá equipar-se com as armas do conhecimento, da força de discernimento, das virtudes morais, e tomar posse da herança espiritual e cultural do patrimônio secular das gerações que a precederam. E não apenas conscientizá-la, porque a conscientização é um processo de sedução, que sufoca as iniciativas individuais, forçando-a a aceitar um pensamento imposto por um líder ou um partido político, ou uma teoria educacional dominante, sem nenhuma crítica A

educação para a democracia deve conduzir a pessoa ao aprimoramento humano, tornando-a capaz de construir uma sociedade mais justa, a partir de sua consciência crítica.

A educação para a democracia não é um setor ou parte separada do trabalho consciente da escola. Não é mais uma disciplina a ser batizada de (uma vez mais) “educação moral e cívica”; porém uma educação de índole integral, que se dirige a todos os aspectos da vida do educando. O mesmo que a direção da conduta ética da pessoa, a formação da cidadania é um sistema de filosofia prática, uma concepção moral da pessoa, uma maneira nobre e humana de viver.

Destarte, o fundamento desta filosofia da educação, que reflete uma antropologia filosófica subjacente, é o princípio de que a pessoa é em si mesma um fim, e não um instrumento ou meio para realizar propósitos alheios à sua natureza, nem opostos à sua dignidade de ser humano. Não é moldar o educando para certo conformismo, mas amadurecê-lo e armá-lo (e muitas vezes desarmá-lo), para a descoberta de si mesmo e em sua interação com os outros, numa convergência de responsabilidades.

Sendo a democracia não só uma forma de governo, mas ampla e humana concepção da vida coletiva, que nasce, segundo entendemos, de uma vocação¹, é claro que este sistema é algo multilateral e muito complexo. Assim, a democracia, proclamando o valor supremo da pessoa humana, ainda que se reconhecendo a diferenciação das pessoas, reconhecendo direitos e impondo deveres, afirmando que na vida coletiva o bem da maioria é superior ao bem do indivíduo ou de um grupo restrito, defendendo os interesses sócio-comunitários, com liberdade de todos participarem, a democracia, dizia, deve penetrar em todos os setores da sociedade. Não cabe mantê-la em um aspecto da vida, político, por exemplo, e excluí-la de outros.

Tal foi precisamente o erro em que incorreram as antigas democracias, as quais, ainda que de forma política, às vezes sumamente liberal, eram autoritárias em sua educação, organização social e sistema econômico. Governo, economia, cultura e organização se condicionam mutuamente, e é imperativo que na ordem prática harmonizem-se ente si.

Deste modo, a educação para a democracia deve ser organizada com o fim primordial de preparar a pessoa para o cumprimento de seus deveres e responsabilidades como membro da sociedade (ser social em comunidade). Porém, esta educação não é um simples instrumento a ser manipulado pelo educador, senão uma educação que tem a marca da gratuidade; porquanto não educo a pessoa para que ela venha a ser o que eu quero que ela seja, mas para que ela seja ela mesma.

Se a comunidade, se a escola nela inserida, não cultivam os valores, as atitudes, e os ideais necessário para despertar a vocação democrática da pessoa, nada mais fazem do que destruir os fins que aspiram a realizar. Este princípio não é aplicado somente aos

¹ Entendo que democracia, antes de ser uma forma de governo, é uma forma de convivência humana, uma vocação do homem, que nasce da sua liberdade como pessoa, mas que só lhe será despertada por meio de uma educação que lhe permita realizar-se integralmente. O conceito de democracia, que surge na mente de todos sem que disto tenham consciência, é um reflexo da sua participação ativa na vida social, da relacionalidade do eu com a vida política. Assim, esta idéia existe dentro do homem e não fora dele. Entendo, pois, que se existe democracia é porque há um vocação democrática do homem. O dever-ser da democracia tem seu fundamento na fidelidade à vocação pessoa que todo homem está comprometido a viver. Esta fidelidade à democracia, obra da liberdade não se deve interpretar como uma cega e muda força, que nos governa, mas sim como uma difícil conquista que em qualquer momento pode se perder e que constitui uma norma intrínseca na decisão existencial da pessoa, entendida como o encontro do espírito e da natureza, da liberdade e do determinismo, do eterno e do transitório, do valor e do anti-valor, do eu e do não-eu.

objetos da aprendizagem, mas também se estende aos programas de ensino, à disciplina, à administração escolar e a todos os setores e facetas da educação.

A atividade educacional para a democracia é ir ao encontro da pessoa em formação em busca do seu brilho de pessoa livre. É suscitar ou fazer despertar virtualidades interiores.

Destarte, a educação para a democracia tem por fim, despertar e desenvolver na pessoa os valores e a dignidade; suas vivências fundamentais e por isso universais e comuns, ao alcance de todos. A pessoa como sujeito de direitos quanto a si mesmo, e de deveres quanto às outras pessoas, é um ser ético e moral. Forçar conscientização do educando, manuseá-lo como se manuseia uma máquina ou um animal, é atentar à sua dignidade humana, é roubar-lhe a nobreza natural, é violar o seu valor como pessoa.

A pessoa humana é voltada para a democracia, e a democracia deve ser voltada para a valorização de cada um na medida do entrosamento sócio-comunitário. Assim, uma comunidade só pode ser constituída e realizada, em sua plena riqueza humana, se resultar de uma cooperação de liberdades humanas, de iniciativas pessoais plenamente livres. Uma comunidade é formada de pessoas livres, capazes de iniciativas generosas e até de sacrifícios na sua edificação e, por outro lado, organizada em vista das pessoas singulares que a compõem.

O propósito de realizar o ideal da democracia é uma tarefa difícil, mas não impossível. É relativamente fácil preparar uma pessoa para uma função específica ou um lugar determinado. Porém, de acordo com o ideal democrático, é isto, precisamente, o que se deve evitar.

Aparentemente, estamos em frente a um paradoxo. A educação deve preparar para a vida, mas a vida é algo em mudança; a vida da próxima geração será diferente da nossa, e seguirá caminhos distintos que são impossíveis de se prever. Como podemos, pois, preparar alguém para ela?

Talvez a resposta seja a de que a educação deve tornar capaz a pessoa a fim de que se eduque a si mesma ao chegar a ocasião de mudança. Não podemos prepará-la para futuros deveres ou mesmo direitos, porque não sabemos quais possam sê-los.

Uma das coisas mais difíceis, mas, ao mesmo tempo, realmente democrática, é que não devemos impor nossas próprias normas à geração que chega. A verdadeira educação – uma educação para a democracia – não trata de prescrever crenças, nem conduta, senão fornecer a criação de novas normas de acordo com as novas condições e necessidades. Tal é, em essência, o fundo do problema educativo. Somos reacionários na medida em que fracassamos a respeito, por mais que queiramos disfarçar este fato com um alarde de técnicas e métodos científicos.²

Como se vê, a educação para a democracia é bastante complexa. É uma educação para a liberdade e para o diálogo, para a crítica e para a autocrítica, para a tolerância e para a esperança. Trata-se de transmitir uma forma de vida, e não ditar idéias sócio-políticas. Trata-se, realmente, de educar e não simplesmente conscientizar, porquanto ninguém tem o direito de conscientizar o outro ou de forjar-lhe a consciência. A consciência se forma. Ela é esclarecida, aprimorada e cultivada. Não se trata de fazer

² Observe-se que todas as providências “pedagógicas” tomadas para sanar o “fracasso”, ao longo da história, da educação, foram sempre colhidas fora da realidade do educando, quer dirigidas ao aluno (psicologismo, construtivismo, pedagogia do amor, freudismo pedagógico, etc.), quer dirigidas a aspectos dos conteúdos (material pedagógico, centros de interesses, unidades didáticas, etc.), quer dirigidas ao funcionamento do sistema (regime escolar, departamentalização, créditos, etc), quando não resvalam para um sociologismo simplório, que desnatura a especificidade do fenômeno educativo, em benefício da militância política ou de um antropologismo imediatista (identidade cultural).

do educando um servidor conscientizado (não consciente, conscientizado na voz passiva) de uma causa política ou social.

Donde, a pessoa não pode ser conscientizada por outro. A pessoa pode ajudar outra pessoa a conscientizar-se, mas não pode conscientiza-lo. A conscientização, no fundo, disfarça a sua intenção dominadora e opressiva. Não se dirige a promover o despertar de uma consciência lúdica e pessoal, porem a criar reações automáticas e reflexas, tornando o educando uma criatura induzida a comportar-se como um ressentido.

O objetivo básico da educação para a democracia, portanto, é ajudar a pessoa a tornar-se um ser livre, e não simplesmente, conscientiza-lo.

Vista por este prisma, esta educação tende a produzir e desenvolver a unidade orgânica na vida sócio-comunitária, preparando a pessoa para a autonomia pessoal, não para alcançar fins egoístas, senão para que adquira o sentimento de sua responsabilidade perante o outro; e isto fará com que a pessoa, livremente, mescle inteligentemente sua atividade sócio-política com a de outras pessoas.

O fim social da educação para a democracia é a formação da personalidade humana, entendendo por tal o caráter moral, para integrar melhor a pessoa na comunidade, contra os efeitos da desintegração social.. Assim, a pessoa é levada a aceitar livremente o dever sócio-comunitário, a viver em harmonia com as necessidades e sentimentos de outras pessoas, a querer e buscar esta solidariedade intencional, reflexiva, que supõe uma consciência geral ou coletiva, para um fim unitário superindividual, livremente aceito.

A verdadeira liberdade não é o fato exterior de não ter obstáculo para agir, senão a claridade interior de saber discernir, criticar e escolher. Em outras palavras, a liberdade não está no poder fazer, mas no escolher o que fazer.

Desta forma, para começar, a educação para a democracia não deve ser privilegio de uma classe. Constitui um verdadeiro contrasenso, que se explica somente pelo desapeço e abuso da força de uma classe sobre outra. A existência da democracia requer como condição *sine qua non* que a educação se difunda entre todos os membros da sociedade, que estejam para isso capacitados.

O direito à educação nada mais é do que uma consequência da essência própria do homem como pessoa, porque todos nasceram para, pela educação, chegarem à sua plenitude humana. Todos são educáveis, todos tem direito à mesma qualidade de educação. Se um vai mais longe do que outro, se um vai mais depressa do que outro, a educação não pode mudar de qualidade.

Com efeito, a educação para a democracia deve ser de tal maneira que ofereça a cada um as condições para a fruição plena da cidadania, pela capacidade de participar, como pessoa livre, da vida sócio-comunitária, e, finalmente, proporcionar a cada um meios para ganhar a vida e usar o lazer.

O método de doutrinação, ou seja, a imposição, coativa ou dissimulada, de crenças, idéias ou doutrinas estranhas à compreensão ou opostas à vontade dos educandos, não é um processo educativo, mas algo que pertence ao automatismo ou a pedagogia autoritária. Mediante a memorização, a formação de hábitos, a influência da emoção e a repetição de fórmulas ou frases tendenciosas ou sem sentido à sua realidade, cria-se na consciência dos educandos uma adesão mais ou menos cega e inconsciente aos princípios que não responderia a nenhuma convicção, se bem que são aceitos por hábito adquirido, por sugestão, ou mesmo por insuficiência dos poderes críticos.

A doutrinação coativa não é mais do que um meio de deformação mental e embrutecimento dos educandos. O educando torna-se conscientizado (mas não consciente) de uma causa política ou social.

O fim perseguido na doutrinação, quando se trata de impor um sistema político ou social determinado, é preparar os educandos para reações reflexas automáticas, a fim de que amem, defendam com calor, e, se necessário, sacrifiquem a vida e interesses a princípios que, examinados livre e inteligentemente, não seriam aceitos por nenhuma pessoa sensata. Desta brutal e bárbara pedagogia, cujos automatismos gerados pela repetição conscientizante tolgem a liberdade, servem-se os regimes autoritários para levar às massas seus absurdos credos econômicos, sociais e políticos, que vão de encontro à vocação democrática da pessoa.

A educação carece de valor se não chega à compreensão dos educandos, se não logra constituir uma parte de sua vida. Sua função mais importante é proporcionar aos educandos vivências, mudanças vantajosas de conduta e valiosas experiências, que elevam a aprendizagem ao nível da consciência reflexiva. Nada deve ser imposto por meio de procedimentos dogmáticos. É por isso, que a educação para a democracia aspira elevar o homem à categoria de pessoa inteligente, moralmente livre e útil à sociedade.

A única precaução que deve exigir-se aos educadores desta educação para a democracia, é a de cimentar solidamente a educação moral e da cidadania nas necessidades de uma vida sócio-comunitária sã e nobre, ou seja, na conduta moral e cívica, sem as conotações pejorativas próprias dos regimes autoritários. Em outros termos, formar cidadãos ativos e conscientes de sua liberdade, ou seja, pessoas que saibam governar como pessoas livres e igualmente obedecer (ser governado) como pessoas livres.

Para alcançar esse desiderato, o educando pode tomar como base de seus ensinamentos as atividades e experiências que se relacionam com os princípios e valores da educação como um todo. Assim, por exemplo, o dever de respeitar a liberdade de pensamento e de expressão, pode elevar-se à consciência mediante o hábito salutar de intervenção nas discussões ou controvérsias nas assembléias, quaisquer que sejam elas.

A primeira necessidade, pois, de uma educação para a democracia, é cultivar, em todos os membros da sociedade, sentimentos e atitudes de lealdade para com as instituições da democracia, da mesma maneira aos ideais e princípios da mesma e dos meios essenciais para a realização de seus fins e objetivos. Neste setor não se devem tolerar a tibieza nem a neutralidade.

O dever de todos os educadores da educação para a democracia é contribuir, por todos os meios de que possam dispor, para estimular o culto à dignidade, à liberdade e à justiça para todos. Para tal aspiração, os educadores deverão despertar em seus educandos os princípios e valores da democracia genuína e integral, entendida de acordo com o que foi demonstrado acima.

Também devem procurar que seus educandos se dêem conta dos problemas fundamentais das modernas sociedades, sobretudo em seus aspectos de índole econômica e social.

Um dos fundamentos da democracia, como vimos, uma das condições essenciais de sua própria vida, é a igualdade política e civil dos membros da sociedade. Contudo, não basta a igualdade política e civil; é também indispensável que numa democracia não haja grandes desigualdades econômicas, nem de caráter cultural. O regime de liberdade deixa de existir onde haja classes privilegiadas, que podem dominar as demais mediante recursos que proporcionam a riqueza, a cultura e uma posição social hereditária.

Embora já mencionado, é oportuno repetir que por igualdade econômica e política não se deve entender a igualdade de poderes e capacidade, nem a equivalência nas prestações de cada cidadão ao bem estar comum. É por demais sabido que as pessoas diferem entre si por toda classe de poderes, aptidões e qualidades mentais,

éticas e físicas. Por igualdade deve-se entender a igualdade ante a lei, ou seja, a igualdade de direitos civis e políticos e a igualdade de oportunidade.

A igualdade de oportunidade deve ser assegurada por meio de uma educação pública e gratuita aberta a todas as pessoas, sem distinção de raça, crença política e religiosa e idade, nem posição econômica e social. A realização deste propósito requer a organização de escolas, não só de nível fundamental, mas também médias, profissionais e universitárias, abertas a todas as pessoas capacitadas mentalmente para elas.

Em suma, a educação para a democracia aspira a difundir e elevar a educação do povo de maneira que cada pessoa possa alcançar o máximo de seu desenvolvimento intelectual e profissional de acordo com suas aptidões e diferenças culturais.

Estabelecida a diferença entre a educação *na* democracia e a educação *para* a democracia, passo, agora, à demonstração das especificidades da educação sócio-comunitária, a fim de cimentar a tese de que a pessoa tem uma vocação para a democracia, que só será despertada por uma educação correspondente.

A educação sócio-comunitária e a educação para a democracia

A grande influência que o processo educativo exerce sobre o meio social faz dele importante instrumento político. Sua utilização como tal pode ser abusiva, gerando distorções que comprometem a própria essência do processo, sua finalidade primordial.

Ao cumprir seu papel na delicada tarefa de manter a identidade cultural da comunidade, ao longo de gerações, a educação não pode prescindir de um prudente equilíbrio entre as forças da tradição e as de inovação.

A pessoa é um ser perfectível, um ser educável, um ser que só pela educação chega ao que é. Ora isto quer dizer, que sua condição de inacabada é também, a sua grandeza. O inacabamento de sua natureza significa uma plasticidade sem limites.

A pessoa não pode, portanto, adotar um comportamento democrático imediato, apesar de sua vocação para a democracia, dado que não possui mecanismos que lhe permitam desenvolver-se por si próprias com todos os conhecimentos adquiridos ao longo de sua evolução.

Deste modo, embora a pessoa ao nascer esteja por ser, por fazer, e seu futuro dependa, em grande parte, do meio em que se encontre e da educação que receba, a educação para a democracia só é possível graças a certas potencialidades que a pessoa possui, e que ela fundamentalmente desenvolve e atualiza.

A educação para a democracia não é um ensino de pura informação, uma mera transmissão de idéias e conhecimentos que passam pela mente do educando sem incorporar-se à corrente de sua vida, sem modificar sua conduta e suas atitudes ante a comunidade. É sim, um processo global, envolvendo a pessoa como um todo; ela deve penetrar na vida inteira do educando, e, por isso mesmo, não pode simplesmente constar do conteúdo programático das disciplinas, ou figurar numa grade horária; ou melhor dizendo, até pode.

A obra de formação da cidadania democrática da pessoa não interessa unicamente ao pensamento, senão, também, a emoção, a consciência ética e, sobretudo, a conduta em suas relações com a sociedade. Este é um aspecto profundamente ativo e efetivo desta educação.

Os governos autoritários sempre lograram exaltar intensamente o sentimento nacional do povo e transformá-lo em um verdadeiro misticismo, que não se distingue muito de uma religião. Algo semelhante, porém cimentado em uma profunda e arraigada vocação democrática e em uma clara e ampla compreensão, deveria impregnar a alma dos cidadãos.

O que acabo de expor deve ser entendido no sentido de que na educação para a democracia, o fundamental não é ensinar os direitos, as garantias e as prerrogativas das pessoas, e a forma com que estão organizadas as instituições políticas, tanto regionais como nacionais -, e sim, a partir de sua vocação para a democracia, despertar nos futuros cidadãos, o valor da cooperação, o sentimento de justiça, a tolerância e o firme propósito de defender os ideais da democracia, e não transformá-los em autônomos a serviço de um partido político ou do Estado, mediante um civismo exaltado.

Por outro lado, o regime de liberdade requer pessoas capazes, inteligentes e instruídas, que possam compreender as deficiências das instituições democráticas, e contribuir para a sua renovação quando seja recomendável realizá-la.

A qualidade da educação para a democracia consiste em não se fechar numa falsa terminalidade, mas em deixar sempre a mente aberta para mais educação. A meta da educação é sempre mais educação; a meta da escola é aprender a aprender.

Neste processo de educação intelectual, indispensável para a democracia, se esta quer perseguir seu aperfeiçoamento espiritual e material, para uma maior soma de felicidade comum, há de se evitar um grave e detestável perigo pedagógico, já mencionado, que é a doutrinação coativa ou dissimulada, que nada mais é do que um veneno para o espírito, um embrutecimento da mente e uma possível deformação moral.

O respeito da personalidade, a liberdade temperada pela responsabilidade, o sentimento de justiça, a cooperação de todos os membros da sociedade, a lealdade dos cidadãos ao Estado e todas as demais obrigações inerentes ao exercício da cidadania, são extremos sobre os quais os educadores não devem permitir-se ante o educando a mais ligeira sombra de dúvida ou incerteza. Da formação de uma fé robusta nestes valores e ideais pode depender a existência e prosperidade da Nação.

Este respeito e reverência aos princípios medulares da democracia, não se opõe a que na escola e fora dela, se discutam situações ou projetos que interessam à vida sócio-comunitária, ou sugiram meios para melhorar as instituições nacionais ou regionais. A controvérsia, sustentada em um terreno de franca e leal cordialidade e inspirada no desejo de superar as condições que impedem uma democracia de ser perfeita, não somente não oferece perigos de nenhuma espécie, senão contribui para aclarar idéias, buscar soluções vantajosas e preparar de uma maneira inteligente as reformas desejáveis. Daí a importância do exercício da crítica, sem temor.

Este termo *crítica* requer uma explicação. Não significa que não devemos aceitar submissamente o juízo da maioria, ou a que sugere uma pessoa de autoridade e de prestígio (o argumento da autoridade). A crítica consiste em livrar-se de toda influência coletiva ou pessoal e pesar cuidadosamente o pró e o contra das coisas, o favorável e o desfavorável, o que produz agrado, ou nos inspira repulsão, os valores positivos e os valores negativos, ou tendências que apontam uma negação.

O sistema, chamado democrático, não é uma imposição legal, mas uma soma de ideais e valores, os quais formam a substância e guia espiritual para a pessoa realizar-se integralmente. Assim, a primeira norma de conduta, que a educação para a democracia deve aplicar a fim de que os educandos aprendam a viver em uma democracia, é conseguir que pensem e se conduzam de uma maneira livre de dogmatismos.

É preciso que o educando desperte para sua realidade. Este modo de atuar é o que faz da educação sócio-comunitária, aquilo que os antigos chamavam de *ars cooperative naturae* (arte de cooperar com a natureza), ou seja, um trabalho auxiliar para, por meio da educação para a democracia, despertar a vocação democrática da pessoa,

Considerações finais

A política não é assunto de alguns; é assunto de todos. Quanto mais for educado um povo, tanto mais será a consciência política e jurídica de uma comunidade, e por conseguinte, tanto melhores e justas serão as autoridades.

O Estado não pode existir abandonado a si mesmo. Necessita dos governantes e dos governados. O povo, portanto, deve expressar, em sua *Constituição*, o estilo jurídico-político peculiar e próprio de sua nacionalidade.

Os governantes, como representantes do povo, recebem deste sua autoridade. A democracia pressupõe que os governados, integrantes de maiorias e de minorias, são capazes de juízos políticos, porque são capazes de perceber o bem comum acima dos interesses individuais ou de grupos. Na verdade, isto não é nada fácil. Deste modo, como alcançar esse desiderato sem uma educação eficaz para a democracia, a fim de que os cidadãos vejam mais longe dos interesses de sua classe, grupo, ou mesmo, partido político?

A democracia não existe apenas na *Constituição* e nos demais textos legais; é, antes que uma forma abstrata de governo, uma forma de conviver e um modo de considerar a vida.

A democracia em ação requer a participação ativa do povo nos assuntos do governo. Uma opinião pública consciente pode determinar a direção política que os governantes adotar.

Mas, terá o povo capacidade para assinalar as diretrizes para o governo?

Não existe razão alguma para supor que falte ao povo o sentimento comum e a consciência coletiva necessários para encontrar soluções para os problemas sócio-econômicos e culturais. Para tanto, basta que o povo esteja devidamente informado dos assuntos governamentais, e que a sua voz seja, realmente, ouvida.

Cada vez que o povo se desinteressa das funções do governo e se inibe de participar ativamente na política, a democracia fica em perigo mortal.

A democracia é feita para o povo e pelo povo. A forma e o modo de existência políticas são coisas que o povo decide (e não alguns políticos). Assim, quando o povo não tem participação ativa na vida do Estado, embora este se denomine demagogicamente “democracia”, cabe falar antes de autocracia, de governo autoritário, mas nunca democrático.

Na democracia impera a discussão e a crítica. O sustentáculo do poder não é a opinião oficial, senão a opinião pública, a opinião do povo, que se mostra refratária aos dogmatismos, infalibilidade e extremismos ideológicos.

A realidade jurídico-política da democracia é um instrumento de desígnio político em sua missão criadora. Desígnio de fomentar e garantir a racionalidade, a liberdade, a responsabilidade. Desígnio que não aceita uma convivência política sem um mínimo de ética.

Se existe uma igualdade essencial entre as pessoas (dado ontológico primordial), sem se desprezar suas desigualdades acidentais, um regime de governo só pode justificar-se, plenamente, se reconhece e garante o direito à igualdade ante a lei, e a igualdade de oportunidade.

Toda vida humana descansa em uma cosmovisão. A democracia, como forma política, é versão da cosmovisão em que descansa e a qual serve. Diferentemente das cosmovisões transpersonalistas, a democracia vê na pessoa o supremo valor.

O Estado, para a democracia, se justifica na medida em que realiza, politicamente, a pessoa. É com esta base que a democracia consagra, juridicamente, a vocação humana para a liberdade e para a responsabilidade.

A democracia organiza e delimita, para a pessoa, um campo livre de ação. Abre, para todos os seres humanos, o caminho até o poder político. No exercício da vida política, vê em cada pessoa um cidadão co-participante e co-responsável. A democracia é, pois, a melhor forma de organização política, que a pessoa já conseguiu criar, graças a um impulso natural (vocação democrática) ratificado pela razão.

É o regime político ideal, e, como associação política, pode ocasionalmente desaparecer ou eclipsar-se, jamais, porém, desaparecerá inteiramente. Pelo contrário, de duração perene, tem suas raízes presas à própria natureza da coletividade, cujos assuntos são decididos em comum.

É esse princípio fundamental de associação que, no curso do tempo, sejam quais forem as vicissitudes que sofrer, triunfará sempre, pois que, em última análise, será sempre a própria coletividade que há de determinar o bem estar geral.

A democracia, contudo, reclama que o povo seja educado, porquanto só pode prosperar onde houver uma educação que cultive esmeradamente o juízo e a inteligência da pessoa, e proporcione a ela a cultura exigida para o trabalho ativo da mente. A inteligência não é só capacidade inata, mas também riqueza cultural (idéias, conhecimentos técnicos, doutrinas, teorias) por meio da qual a pessoa apropriar-se-á do que foi feito, experimentado e pensado, e fará sua própria reflexão.

É por isso que a educação para a democracia, - que não é conservadora, porque assim seria imaginar que o ideal é a situação atual; nem é adaptadora, porque seria pensar que a socialização é a única maneira de amadurecer; e nem mesmo será imposta totalmente pela sociedade, porque goza de certa liberdade dentro das estruturas sociais, liberdade que lhe permite prever a evolução, - não é coisa de um dia. Requer mais que regras e preceitos teóricos. Necessita-se viver seus princípios desde a escola. É preciso penetrar na essência da democracia desde a infância se quiser uma democracia perfeita.

Porém, se se entender a democracia – como entendo – como vocação da pessoa, essa educação, completando a educação sócio-comunitária, tornar-se-á menos complexa. Senão vejamos:

A educação para a democracia pressupõe:

- a) que o sujeito da educação é o homem que é pessoa, isto é, enquanto é pessoa;
- b) que o dever e o direito à educação fundamenta o princípio da liberdade;
- c) que o fim da educação é a personalização, isto é, crescer em sua própria personalidade, o que implica crescer na consciência de si em sua relação com a sociedade;
- d) que é a partir desta personalização que empurra a pessoa para a convivência sócio-política, que irá despertar nela a vontade livre de realizar ou não a sua vocação democrática.

Portanto, não se trata de projetar um tipo de escola, dentro das várias teorias educacionais vigentes, senão de oferecer uma educação que colabore na realização integral da pessoa humana.

Trata-se de oferecer uma igualdade de oportunidade, e esta igualdade pressupõe um respeito fundamental à pessoa, à qual deve-se solicitar a colaboração, chamando-a a

participar, de acordo com a sua vocação particular, e de acordo com a sua vocação democrática, na tarefa político-social.

A pessoa tem uma vocação para a democracia porque deseja a relativa felicidade temporal e a paz de convivência. Este desejo é algo mais que simples salvaguarda de suas liberdades. Cada pessoa, portadora de seu próprio e incoercível poder pessoal e destino, deve encontrar na realização desta vocação para a democracia, o clima propício para sua integração e para o seu inteiro desenvolvimento.

Sendo a pessoa um ser naturalmente social, o amadurecimento político-jurídico-social, ou seja, o processo dinâmico do desabrochar de sua vocação democrática, por meio de uma educação sócio-comunitária, onde se realize a educação para a democracia, nos termos demonstrados neste ensaio, lhe permitirá a pose plena da sua capacidade de atuar lúcida e livremente como responsável na organização e governo da sociedade civil, não como simples indivíduo, mas como pessoa integral, como estrutura total, fiel a si mesma, e ao seu compromisso com as outras pessoas,